

RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.162 - PR (2014/0167819-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : OMAR CAIRES DE SOUZA
ADVOGADOS : JOVINO TERRIN - PR008852
DANIEL LUCAS OLIVEIRA CRUZ E OUTRO(S) - PR036460
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
GUSTAVO VIANA CAMATA E OUTRO(S) - PR038114

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por OMAR CAIRES DE SOUZA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - VENDA AÇÕES - RESPONSABILIDADE DO INVESTIDOR - RISCO - PREJUÍZO FINANCEIRO SENTENÇA MANTIDA - RECURSO - NEGA PROVIMENTO.

A natureza jurídica da operação de investimento em ações é de risco, assim, não há como determinar o destinatário final, impossibilitando a aplicação da legislação de consumo." (fl. 219)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 3º, § 2º, 14 do Código de Defesa do Consumidor, 722, 723 do Código Civil e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) omissão do Tribunal de origem a respeito do real fundamento da demanda, a saber, a má prestação do serviço de intermediação de compra e venda de títulos mobiliários na Bovespa, frustrando operação mais vantajosa ao autor e (b) o serviço de intermediação de compra e venda de títulos mobiliários constitui atividade sujeita ao Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual a constatação de falha perpetrada pela instituição financeira implica a indenização do demandante.

Contrarrazões às fls. 282/288.

É o relatório.

Inicialmente, não se vislumbra a alegada negativa de prestação jurisdicional. Tratando-se de demanda indenizatória, fundada na arguição de falha na execução de serviços

financeiros, o Tribunal de origem decidiu afastar a aplicação das regras do CDC, pois o autor podia ser caracterizado como investidor profissional, condição que lhe descaracterizou como destinatário final dos serviços. Eis trecho relevante do acórdão recorrido:

"O documento de fls. 68 comprova que o apelante tem conhecimento do mercado de ações e se vale de modo rotineiro para suas negociações, não só por ser funcionário aposentado do Banco do Brasil S.A., mas também por estar além de um simples operador de mercado, devendo ser considerado investidor profissional..

Ademais, dada a natureza jurídica da operação de investimento em ações, ser de risco, não há como determinar o destinatário final, impossibilitando a aplicação da legislação de consumo.

O item "2" letra "h" da Ficha de Cadastro de Investidor (fls. 68/77) diz que o apelante exime o apelado de responsabilidade por eventuais falhas que venham 'a ocorrer nos equipamentos eletrônicos, em virtude na natureza de risco do mercado de ações." (fl. 221)

Assim, verifica-se que o fundamento apontado pelo autor da ação indenizatória, consistente na ocorrência de falha na prestação de serviço consumerista, foi afastado pelo TJPR de modo claro, coerente e suficientemente fundamentado.

Rejeito, portanto, a tese de omissão.

No mérito, o afastamento das regras do CDC deve ser confirmado, pois, nesse ponto, a Corte de origem decidiu em conformidade com a jurisprudência do STJ, no sentido de que apenas os investidores **não-profissionais** são tutelados pelas regras protetivas do CDC. Nesse sentido:

"DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. FUNDO DE INVESTIMENTO. BANCO DA AMAZÔNIA. ADMINISTRADOR DO FUNDO. SUBCONTRATAÇÃO. GESTÃO DA CARTEIRA. BANCO SANTOS. SANTOS ASSET MANAGEMENT. INTERVENÇÃO DO BACEN. VALORES BLOQUEADOS. RESPONSABILIDADE. ADMINISTRADOR DO FUNDO.

1. Incide o Código de Defesa do Consumidor aos contratos celebrados entre os investidores não profissionais - de regra, pessoas físicas - e instituições financeiras administradoras de fundo de investimento. Incidência da Súmula n. 297/STJ.

2. A subcontratação de gestor de carteiras ou de agente custodiante pelo administrador de fundo de investimento, como previsto nos arts. 56 e 57 da Instrução CVM n. 409/2004 e

Superior Tribunal de Justiça

Resoluções Bacen n. 2.451/1997 e 2.486/1998, perfaz uma cadeia de consumo, de modo que há responsabilidade solidária de todos os fornecedores de que dela participam.

3. O investidor em fundos deve assumir os riscos de um retorno financeiro não tão rentável ou mesmo de prejuízos decorrentes da natural flutuação do mercado de valores mobiliários, cuja sustentação depende de inúmeros fatores de ordem econômica, nacionais e internacionais.

4. Porém, a perda dos valores investidos pelo consumidor, em razão do bloqueio determinado pelo Bacen no Banco Santos, não se insere nos riscos naturais inerentes ao mercado de capitais. Muito menos se assume como possível uma perda decorrente de notórias irregularidades praticadas pelas instituições subcontratadas e que culminaram em sanções de ordem administrativa, cível e criminal de todos conhecidas.

5. No caso, responde o Banco da Amazônia S.A., como administrador do fundo de investimento, pelos aportes realizados por seus correntistas e que, em razão de subcontratação da gestão das carteiras, foram bloqueados por ocasião da intervenção do Bacen no Banco Santos.

6. Recurso especial não provido.

(REsp 1187365/RO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 25/08/2014)"

Ademais, a conclusão do Tribunal de 2º grau, de que a venda das ações do autor em condições mais vantajosas foi impedida por ordem da própria Vivo S.A - e não por falha do banco réu -, é insuscetível de revisão em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator